



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Apresentação: 17/10/2024 10:04:55.350 - CVT  
SBT-A 1 CVT => PL 1541/2021  
**SBT-A n.1**

**PROJETO DE LEI Nº 1.541, DE 2021**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO**

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre exames toxicológicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre exames toxicológicos.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 148-A. ....

§ 7º O exame será realizado:

*I - Em regime de livre concorrência, pelos laboratórios credenciados pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, nos termos das normas do Contran, vedado aos entes públicos:*

*a) fixar preços para os exames;*

*b) limitar o número de empresas ou o número de locais em que a atividade pode ser exercida; e*

*c) estabelecer regras de exclusividade territorial;*

*II – Pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, de forma gratuita.*

.....  
§ 10 Uma vez solicitado pelo condutor, o SUS deverá garantir a realização do exame toxicológico no prazo máximo de 30 dias.

§ 11 Findo o prazo a que se refere o § 10, em caso de não disponibilização de data para a realização do exame por parte do





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

*SUS, ficará suspensa a exigibilidade da comprovação da realização do exame, até que o SUS disponibilize a data e realize o exame.*

*§ 12 O empregador deverá arcar com os custos de realização do exame toxicológico quando se tratar de motorista profissional com vínculo de trabalho regido pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)” (NR)*

*“Art. 165-B. ....*

*Parágrafo único. No caso de não cumprimento do disposto no § 2º do art. 148-A deste Código, configurar-se-á a infração quando o condutor dirigir veículo após o nonagésimo dia do vencimento do prazo estabelecido.” (NR)*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 16 de outubro de 2024.

**Deputado GILBERTO ABRAMO  
Presidente**

